

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.695.610 - MS (2017/0234066-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**  
**ADVOGADOS : JULIANO FRANCISCO DA ROSA E OUTRO(S) - MS018601A RODRIGO SCOPEL - AM018640**  
**RECORRIDO : LOURENÇA BENITES ORTIZ**  
**ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS E OUTRO(S) - MS014572**  
**JOSIANE ALVARENGA NOGUEIRA - MS017288**  
**ALEX FERNANDES DA SILVA - MS017429**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fls. 159/160, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE JURÍDICA C.C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - PRESCRIÇÃO AFASTADA - CONTAGEM A PARTIR DO CONHECIMENTO DO DANO - PESSOA ANALFABETA, IDOSA E INDÍGENA - CONTRATO INVÁLIDO - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - RESPONSABILIDADE CIVIL VERIFICADA - DANO MORAL IN RE IPSA - QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 10,000,00 - PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE - RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 15% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I- Nos casos de responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, aplica-se o prazo prescricional de 05 anos (artigo 27 do CDC), o qual começa a fluir a partir da ciência do ato danoso, que no caso foi à data do conhecimento do empréstimo fraudulento.

II- Considerando que o contrato foi firmado por pessoa analfabeta, havia necessidade de formalização do instrumento mediante escritura pública ou por procurador nomeado pela demandante através de instrumento público, formalidade esta não observada pela instituição bancária, o que enseja tanto a declaração de nulidade do contrato com a inexistência da relação jurídica, bem como, torna referida

instituição responsável pelo pagamento de dano moral, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor.

III- Tratando-se de relação consumerista, cabe à instituição financeira diligenciar acerca da comprovação do repasse ao consumidor do montante correspondente ao empréstimo e, não havendo prova de que os valores tenham sido, de fato, revertidos em benefício do correntista, o Banco deve restituir-lhe o valor descontado indevidamente dos proventos de aposentadoria.

IV- A restituição em dobro está condicionada à existência de valores pagos indevidamente e à prova inequívoca da má-fé do credor, conforme posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.

V-O desconto indevido de valores do benefício previdenciário do autor gera dano moral *in re ipsa*.

VI- Tendo em vista o transtorno causado ao consumidor pelo serviço defeituoso, deve a indenização pelo dano moral ser fixada atendendo aos objetivos da reparação civil, quais sejam, a compensação do dano, a punição ao ofensor e a desmotivação social da conduta lesiva, considerando razoável o montante arbitrado em R\$ 10.000,00.

VII- Os honorários advocatícios, em se tratando de sentença condenatória, devem observar o artigo 85, § 2º, Incs. I a IV do novo CPC, devendo no caso concreto serem arbitrados em 15% sobre o valor da condenação, considerando em especial a natureza de baixa complexidade da lide, e que o feito não teve grande implicações processuais.

Não foram opostos embargos de declaração.

Em suas razões, o recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 186, 187, 188, I, 206, § 3º, V, 422, 944, parágrafo único, 945 do Código Civil e 27 do Código de Defesa do Consumidor. Sustenta, em suma, que deveria ter sido aplicado o prazo prescricional de três anos, previsto no Código Civil, e não o quinquenal, do CDC. Subsidiariamente, pleiteia que o prazo da prescrição tenha como marco inicial a data do primeiro desconto, e não do conhecimento do empréstimo fraudulento.

Argumenta que o negócio jurídico estabelecido entre as partes não apresenta qualquer irregularidade, tendo cumprido com todos os requisitos legais para sua perfectibilização. Salaria que não se encontram presentes os elementos para a sua responsabilidade civil, especialmente pelo fato de não ter agido com culpa. Na hipótese

de manutenção da condenação, requer a redução do valor fixado a título de danos morais.

Por fim, pede que os juros de mora fluam a partir do arbitramento da indenização, e não a partir do evento danoso.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 231/246, e-STJ.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 248/249, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

No que toca ao prazo prescricional aplicável ao caso, o Tribunal de origem assim se manifestou (fls. 162/163, e-STJ):

Primeiramente, consigno que trata-se de relação de cunho consumerista, incidindo no presente caso, as regras do Código de Defesa do Consumidor. Conforme dispõe o parágrafo único do art. 42 do CDC, o consumidor cobrando em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, devidamente corrigido, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, salvo hipótese de engano justificável. Para tanto, poderá no prazo de cinco anos pleitear a sua restituição, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria, conforme dispõe o art. 27 daquele diploma legal.

(...)

Ou seja, ressalto que o meu entendimento é de que o prazo prescricional se inicia a partir da ciência do ato danoso e não da data do encerramento do desconto, razão pela qual não há que se falar em prescrição. Assim, a tese de ocorrência de prescrição deve ser afastada, pois, quando da propositura da ação, em 26/11/2014, a pretensão não encontrava-se atingida pelo lapso prescricional quinquenal, com relação ao contrato descrito na inicial.

O acórdão recorrido seguiu o entendimento desta Corte de que, aos casos de defeito na prestação de serviços bancários suportados pelos consumidores, aplica-se o prazo quinquenal previsto no art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CIVIL.

CONSUMIDOR. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. INVESTIMENTO FICTÍCIO. ESTELIONATO PRATICADO POR GERENTE DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. APLICAÇÃO DO CDC. DEFEITO DO SERVIÇO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.

1. Controvérsia acerca da prescrição da pretensão indenizatória originada de fraude praticada por gerente de instituição financeira contra seus clientes.

2. "As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno" (REsp 1.197.929/PR, rito do art. 543-C do CPC).

3. Ocorrência de defeito do serviço, fazendo incidir a prescrição quinquenal do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor, quanto à pretensão dirigida contra a instituição financeira.

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 1391627/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/2/2016, DJe 12/2/2016)

Incide, no ponto, a Súmula 83/STJ.

Ademais, as razões do recurso especial não se ocupam de demonstrar analiticamente as razões pelas quais não haveria incidência do Código de Defesa do Consumidor na hipótese e sim do Código Civil, o que atrai a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

Assim:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HERANÇA. PARTILHA. ESBOÇO. HERDEIRO. INTIMAÇÃO. AUSÊNCIA. MANIFESTAÇÃO. PRIMEIRA OPORTUNIDADE. AUSÊNCIA. PRECLUSÃO. FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. NÃO PROVIMENTO.

1. A ausência ou nulidade de intimação deve ser alegada na primeira oportunidade, sob pena de preclusão.

2. Ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo, aplica-se, por analogia, os óbices das

Súmulas 284 e 283 do STF.

3. "Nos recursos de fundamentação vinculada, como é o caso de recurso especial, a simples demonstração de insatisfação não possibilita o reexame da questão" (REsp 159204/ES, Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, unânime, DJ 13/12/1999 p. 151). Incidência da Súmula n. 284 do STF.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1307819/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 4/12/2018, DJe 7/12/2018)

Em relação à alegada violação ao art. 27 do Código de Defesa do Consumidor, nota-se que a recorrente pretende modificar o entendimento do Tribunal de origem em relação ao momento de caracterização do dano, marco temporal que dá origem ao prazo prescricional previsto nesse dispositivo.

Nesse aspecto, o debate limita-se à perquirição da ocasião em que a recorrida teve conhecimento dos prejuízos patrimoniais, tratando-se, por conseguinte, de investigação restrita exclusivamente ao plano fático.

A Corte Estadual, com base nas particularidades do caso, concluiu que a recorrida não percebeu os descontos mensais, tendo tomado conhecimento deles apenas em 7/11/2014, quando da emissão do extrato pelo INSS (fl. 162, e-STJ):

No caso em análise, contraria o bom senso presumir que a parte requerente, que é indígena, analfabeta, pessoa de pouca ou nenhuma instrução, tenha constatado o desconto em seu benefício previdenciário desde a primeira parcela.

A particularidade do caso, leia-se, a condição especial da parte autora, permite a presunção de veracidade da alegação de que somente tomou conhecimento dos descontos quando consultou a situação do seu benefício previdenciário, com a emissão do extrato pelo INSS, ou seja, em 07/11/2014, mesmo porque, a alegação vem corroborada por prova documental (fls. 34-35), além de que nada há nos autos que contrarie essa informação.

Assim, é crível que a parte apelante não tenha constatado os descontos mensais no seu benefício previdenciário. Tal fato é corroborado com a informação de que, assim que tomou conhecimento dos descontos, ela ajuizou a presente demanda visando a declaração de inexistência de relação jurídica, restituição dos

valores e indenização por danos morais.

Rever as conclusões tomadas pelo Tribunal de origem implicaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório, o qual é vedado nesta instância especial, consoante entendimento da Súmula 7 do STJ.

As alegações de violação aos arts. 186, 187 e 188, I, do Código Civil, sob o argumento de que o banco não teria agido com dolo ou culpa, não merecem prosperar. Isso porque, nos termos da Súmula 479/STJ, “as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias”.

Em se tratando de hipótese de responsabilidade civil objetiva, não há que se perquirir sobre culpa ou dolo. Incide, portanto, a Súmula 83/STJ.

A Corte estadual, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, consignou que o contrato assinado entre a consumidora e a instituição financeira é nulo, por não atender aos requisitos essenciais de validade (fls. 164/166, e-STJ):

O presente recurso merece parcial provimento. Não obstante a instituição financeira pugne pela validade do contrato, deve ser feito o seguinte apontamento.

Convém consignar que, em casos como o presente, tratando-se de pessoa analfabeta, idosa e indígena, seria necessário a formalização do contrato mediante escritura pública ou por procurador por ele nomeado através de instrumento público, o que não foi observado pelo apelado.

(...)

Soma-se a isso o fato de que incumbia à instituição financeira trazer aos autos provas que corroborassem a assertiva de que o contrato de empréstimo em discussão fora de fato celebrado pela autora e que está efetuada o saque da quantia mutuada.

No entanto, apesar da instituição financeira ter instruído a contestação com os documentos de fls. 65-71, onde consta a suposta assinatura por digital da parte autora, acompanhada da assinatura de testemunhas, referidos documentos em nada asseveram pela legalidade do ato.

Além disso, a instituição financeira não comprovou o recebimento dos valores pela apelante, não juntou um único documento que comprove o saque dos valores pela apelante.

Portanto, embora a instituição financeira afirme na contestação que a requerente recebeu a referida quantia, tendo se beneficiado do contrato de empréstimo, não comprovou tal afirmativa, ou seja, não juntou aos autos nenhum documento hábil a comprovar a celebração do contrato e nem o saque do valor pela parte autora.

Assim, o contrato apresentado pelo banco não observou o procedimento legal, invalidando a eventual contratação existente, razão pela qual deve ser reconhecida a nulidade do contrato por falta de requisito essencial à validade dos negócios jurídicos, o que enseja o pagamento de dano moral, nos termos do artigo 14 do CDC, uma vez que a falta de cuidado da instituição financeira que forneceu o crédito nessas condições torna-a responsável pelos prejuízos causados ao consumidor.

Assim, reconheço a nulidade do contrato mencionado na inicial, por falta de requisito essencial à validade dos negócios jurídicos.

A revisão do julgado recorrido a fim de se verificar a regularidade do negócio jurídico esbarra na Súmula 7 do STJ, uma vez que dependente de reexame de matéria fática.

Não deve ser acolhida a pretensão da agravante de redução do valor arbitrado a título de danos morais.

De acordo com a jurisprudência do STJ, em regra, não cabe, em recurso especial, a revisão do montante dessa espécie de indenização. Apenas em casos excepcionais, quando identificada a estipulação de valores exagerados ou irrisórios, incompatíveis com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, é possível tal revisão.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais

pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nem é exorbitante nem desproporcional às peculiaridades do caso concreto, em que o dano moral decorreu da inscrição indevida do nome da parte ora agravada em cadastro de inadimplentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 681.942/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 15/9/2015).

No caso, em que a indenização foi fixada em R\$ 10.000 (dez mil reais), entendendo bem observados os padrões de razoabilidade e proporcionalidade, não se configurando situação cuja excepcionalidade justifique a intervenção do STJ.

Com relação ao termo inicial para fluência dos juros de mora, a Corte de origem assim se manifestou (fl. 169, e-STJ):

Condeno a instituição financeira ao pagamento, à parte requerente, de indenização por danos morais, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescido de juros de mora de 1% ao mês, desde o evento danoso e correção monetária pelo IGPM a partir do arbitramento.

Verifica-se, portanto, que o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual, nas hipóteses de responsabilidade extracontratual, os juros de mora incidem desde a data do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ.

Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA E CARACTERIZAÇÃO DO DANO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. SÚMULA 54/STJ.

1. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.
2. Segundo o entendimento da Segunda Seção, sufragado no REsp 1.132.866/SP (julgado em 23.11.2011), no caso de indenização por dano moral puro decorrente de ato ilícito, os juros moratórios legais



fluem a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 822.671/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/2/2018, DJe 09/2/2018)

Incide, no ponto, o óbice da Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora